

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcadh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 2557/2018-PGJ, DE 25.7.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Rogerio Augusto Calabria de Araujo 8 (oito) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 24.7.2018, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2558/2018-PGJ, DE 25.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues para, sem prejuízo de suas funções, em conjunto com os Promotores de Justiça de Campo Grande do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado, GAECO, atuar nos Inquéritos Policiais nºs 0026106-59.2018.8.12.0001 e 0022311-45.2018.12.0001, ações penais e outras medidas judiciais deles decorrentes, em trâmite na referida Comarca, durante o período de licença do Promotor de Justiça Rogerio Augusto Calabria de Araujo.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PORTARIA Nº 2337/2018-PGJ, DE 9.7.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Autorizar a desavervação de tempo de contribuição requerida por Marcelino José Siebert, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, área de atividade motorista, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no total de 9 (nove) anos, 9 (nove) meses e 27 (vinte e sete) dias, de contribuição ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, sendo 5 (cinco) anos, 2 (dois) meses e 11 (onze) dias de serviços prestados ao Banco Bradesco S.A., no período de 11.4.1978 a 21.6.1983; 2 (dois) meses e 13 (treze) dias de serviços prestados à Rede Ferroviária Federal S.A., no período de 19.6.1987 a 31.8.1987; 2 (dois) anos, 3 (três) meses e 23 (vinte e três) dias de serviços prestados à Nestlé Brasil Ltda., no período de 1º.6.1989 a 23.9.1991; 1 (um) ano, 10 (dez) meses e 10 (dez) dias de serviços prestados à Cica S.A., no período de 1º.11.1991 a 10.9.1993; e 3 (três) meses de contribuição como autônomo, no período de 1º.4.1986 a 30.6.1986, averbados pela Portaria nº 111/2006-PGJ, de 13.2.2006, publicada no D.J. nº 1227, de 10.3.2006 (Processo nº PGJ/10/1580/2005).

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2521/2018-PGJ, DE 23.7.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas e suas modificações, nos termos do artigo 9º, § 1º, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 2233/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carolyne Silvestre Oliveira Mendes	2015/2016	6 a 15.8.2018	19 a 28.11.2018		7 a 16.8.2018

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carolyne Silvestre Oliveira Mendes	2016/2017	6 a 15.11.2018	3 a 12.12.2018		9 a 18.1.2018
Emilia Akemi Sakiyama Nakasato	2014/2015	18 a 27.6.2018	28.8 a 6.9.2018		14 a 23.6.2018
Suellen Cristina Nazaré da Silva	2016/2017	10 a 29.9.2018			30.9 a 9.10.2018

Passe a constar:

PORTARIA Nº 2233/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carolyne Silvestre Oliveira Mendes	2015/2016	30.11 a 19.12.2018			7 a 16.8.2018

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carolyne Silvestre Oliveira Mendes	2016/2017	14 a 23.10.2019	18 a 27.11.2019		9 a 18.1.2018
Emilia Akemi Sakiyama Nakasato	2014/2015	25.7 a 3.8.2018	28.8 a 6.9.2018		14 a 23.6.2018
Suellen Cristina Nazaré da Silva	2016/2017	10 a 19.9.2018	5 a 14.11.2018		20 a 29.9.2018

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2522/2018-PGJ, DE 23.7.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 19.7.2018, as férias da servidora Myrian Raquel Rodrigues da Silva, concedidas por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, a serem usufruídas no período de 6 a 10.8.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2523/2018-PGJ, DE 23.7.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder férias remanescentes ao servidor Mauro da Cunha Duarte, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, a serem usufruídas no período de 30.7 a 13.8.2018, nos termos dos artigos 1º, 4º e 17 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26.10.2000.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2532/2018-PGJ, DE 24.7.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Epsom Xavier Pereira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 4ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, nos dias 9 e 10.8.2018, em razão de licença compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral do servidor Weskley Moreira.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2533/2018-PGJ, DE 24.7.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Terezinha de Jesus Nantes Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para a Central de Inquéritos Policiais da referida Comarca, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança - FC5, no dia 11.7.2018, em razão de licença compensatória referente a banco de horas; e no período de 18 a 20.7.2018, em razão de licença para tratamento de saúde da servidora Rosângela Bonacina Milgarefe.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2534/2018-PGJ, DE 24.7.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Patricia Marim, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 44ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 33ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 6 a 10.8.2018 e de 20 a 29.8.2018, em razão de férias da servidora Jaqueline Obregão da Rosa Ramos.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2535/2018-PGJ, DE 24.7.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Maria Alice da Silva Paiva Ramos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designada para prestar serviços na 7ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, nos dias 19 e 20.7.2018, em razão de licença para tratamento de saúde da servidora Priscilla Nóbrega Coelho.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2536/2018-PGJ, DE 24.7.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Katheleen Taira de Medeiros, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada na 47ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 48ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 20.6.2018 a 19.6.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO COLENDO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, EM REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2018 (REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO).****7. Processos das Comissões Permanentes:****7.1. Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001064-6.**

Requerente: Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Elaborar projeto de lei para adequação da Lei Orgânica Estadual do MPMS à nova disposição inserida na Constituição Estadual pela Emenda Constitucional nº 79, de 20 de fevereiro de 2018.

Comissão de Assuntos Institucionais e Defesa de Prerrogativas: Procuradores de Justiça Sérgio Luiz Morelli, Presidente; Mauri Valentim Riciotti, Membro; e Jaceguara Dantas da Silva, Secretária.

Deliberação: o Colégio, à unanimidade, aprovou.

7.2. Processo Administrativo nº 09.2018.00001142-3.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Revisão geral anual da remuneração dos servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Comissão de Assuntos Administrativos e Financeiros: Procuradores de Justiça Antonio Siufi Neto, Presidente; Edgar Roberto Lemos de Miranda, Membro; e Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Secretária.

Deliberação: o Colégio, à unanimidade, aprovou.

8. Assuntos Institucionais:

8.1. Memorando nº 10/2018/OUV, de 10.4.2018, com base no art. 6º, XIV, da Resolução nº 001/2015-CPJ, de 16.3.2015, com redação dada pela Resolução nº 009/2017-CPJ, de 6.10.2017, o Procurador de Justiça Silasneiton Gonçalves, Ouvidor do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, encaminha relatório estatístico referente às manifestações registradas no primeiro trimestre de 2018 na Ouvidoria do Ministério Público de Mato Grosso do Sul.

Deliberação: o Colégio conheceu.

8.2. Referendar a Portaria nº 1057/2018-PGJ, de 22.3.2018, que concedeu ad referendum do Colégio de Procuradores de Justiça ao Procurador de Justiça Marcos Antonio Martins Sottoriva, atualmente exercendo o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público, 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 24 e 25.6.2017, que foram usufruídos nos dias 13 e 14.3.2018.

Deliberação: o Colégio, à unanimidade, referendou.

8.3. Referendar a Portaria nº 1139/2018-PGJ, de 28.3.2018, que concedeu ad referendum do Colégio de Procuradores de Justiça ao Procurador de Justiça Marcos Antonio Martins Sottoriva, atualmente exercendo o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público, 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 10.7.2017, que foi usufruído no dia 28.3.2018.

Deliberação: o Colégio, à unanimidade, referendou.

8.4. Referendar a Portaria nº 1471/2018-PGJ, de 26.4.2018, que concedeu ad referendum do Colégio de Procuradores de Justiça ao Procurador de Justiça Marcos Antonio Martins Sottoriva, atualmente exercendo o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público, 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 15 e 16.7.2017, que foram usufruídos nos dias 19 e 20.4.2018.

Deliberação: o Colégio, à unanimidade, referendou.

8.5. Referendar a Portaria nº 1310/2018-PGJ, de 12.4.2018, que concedeu ad referendum do Colégio de Procuradores de Justiça ao Procurador de Justiça Paulo Cezar dos Passos, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 29 e 30.4, 1º, 13 e 14.5.2017, que foram usufruídos no período de 16 a 20.4.2018.

Deliberação: o Colégio, à unanimidade, referendou.

8.6. Processo PGJ/10/0552/2018

Requerente: Paulo Cezar dos Passos, Procurador-Geral de Justiça. Assunto: Diárias – São Paulo/SP – fevereiro.

Deliberação: o Colégio, à unanimidade, referendou.

8.7. Processo PGJ/10/0689/2018 Requerente: Paulo Cezar dos Passos, Procurador-Geral de Justiça. Assunto: Diárias – Brasília-DF – fevereiro.

Deliberação: o Colégio, à unanimidade, referendou.

8.8. Processo PGJ/10/1185/2018 Requerente: Paulo Cezar dos Passos, Procurador-Geral de Justiça. Assunto: Diárias – Brasília-DF – abril.

Deliberação: o Colégio, à unanimidade, referendou.

Campo Grande, 25 de julho de 2018.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 31 DE JULHO DE 2018, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.

6. Expedientes:**6.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001345-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001987-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001892-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001780-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001345-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000702-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000471-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000360-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003682-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001368-3.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003260-3.

3. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 44/2013.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000221-3.

4. 27ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001879-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002400-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002398-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002396-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002395-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002394-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002392-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002389-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002387-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002385-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002383-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002381-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002380-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002375-2.

5. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001840-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002585-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001968-8.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.000002213-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.000002024-4.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000275-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000348-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000377-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000380-0.

8. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001763-9.

9. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

- Procedimento Administrativo nº 28/2016.

10. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000136-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003468-9.

11. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000143-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002017-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001962-2.

12. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000750-8.

13. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001028-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001552-0.

14. 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000304-5.

15. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001058-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001477-5.

6.2. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios:**6.2.1. CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001525-5.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000846-9.

6.2.2. CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**1. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001029-7.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000884-7.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000558-3.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000557-2.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001816-7.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002233-8.

3. 9ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001860-1.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000945-7.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000946-8.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000048-8.

5. 50ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001443-4.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000913-5.

6. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001759-4.

7. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000837-3.

8. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000049-2.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000998-3.

9. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001320-2.

7. Ordem do dia:**7.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****7.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:****1. Inquérito Civil nº 20/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Santa Rita, propriedade de Marcos de Rezende Andrade

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Santa Rita.

2. Inquérito Civil nº 29/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Bela Vista, propriedade de João Aurélio Damião

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Bela Vista.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00001270-3 - SIGILOS

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000374-5

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Jardim

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa cometido pelo ex-prefeito municipal de Jardim/MS, consistente em supostas irregularidades na contratação de servidores comissionados, bem como na contratação de servidores por meio de contratos temporários.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000853-0 - SIGILOS

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

7.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000759-2**

Promotoria de Justiça Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Anaurilândia/MS

Assunto: Apurar a responsabilidade pelo descarte de vacinas e medicamentos de uma Unidade Básica de Saúde do Município de Anaurilândia, em razão de falta de energia.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000318-1 - SIGILOSO

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000072-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Adolfo Casado Filho

Assunto: Apurar a notícia de eventual dano ao meio ambiente causado pelo funcionamento irregular da carvoaria da propriedade rural denominada Fazenda São João, localizada em Anaurilândia/MS.

7.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**1. Inquérito Civil nº 13/2007**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Bortolo Pizzatto

Assunto: Colher a adesão do proprietário ao Projeto Touro-Tarumã: Avaliação e Recuperação, de autoria do Grupo de Estudos em Proteção à Biodiversidade - GEBIO, supervisionado pelo Ministério Público Estadual, estipulando-se as obrigações do mesmo, bem como para verificar a existência de reserva legal no imóvel de sua propriedade.

2. Inquérito Civil nº 7/2011

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema

Requerente: Aroaldo Medina dos Santos

Requerido: Município de Ivinhema

Assunto: Apurar o emprego de verba pública na edificação de uma fábrica de beneficiamento de frutas que se encontra paralisada.

3. Inquérito Civil nº 5/2010

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Baldomero Girbal Cortada Neto, Firmino Miranda Cortada Filho, Tereza Cristina Pedrossian Cortado Amorim, fazenda Santa Cristina

Assunto: Apurar eventuais irregularidades jurídicas ambientais e degradação de APP.

4. Inquérito Civil nº 9/2010

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda São Lucas, de propriedade de Lucas Miglioli

Assunto: Apurar eventual extração irregular de madeira.

5. Inquérito Civil nº 30/2010

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Arco Íris

Assunto: Apurar a notícia oriunda do Núcleo de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto-PGJ/MS de eventual ilícito ambiental na fazenda Arco Iris, localizado em Bodoquena, dentre as quais, a necessidade de regularizar a área de reserva legal e a degradação em área de preservação permanente junto ao órgão ambiental.

6. Inquérito Civil nº 18/2015

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar notícia de eventual degradação ambiental provado por prática de desmatamento para exploração ilegal de madeira, com formação de assoreamento em córrego e processos erosivos.

7. Inquérito Civil nº 62/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Santo Antônio, propriedade de Ronaldo Palombo Caimar

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Santo Antônio.

8. Inquérito Civil nº 36/2015

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Águas Guariroba S/A e o município de Campo Grande

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado “Área de Captação do Lajeado”, sob a responsabilidade da empresa concessionária Águas Guariroba S/A, localizado na Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado - APA do Lajeado, em Campo Grande/MS.

9. Inquérito Civil nº 67/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Palmeiras de propriedade de José Joaquim de Oliveira

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Palmeiras.

10. Inquérito Civil nº 24/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Palmeiras, propriedade de Domingas Alhenir Siqueira Rocha

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Palmeiras.

11. Inquérito Civil nº 1/2015

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Monte Branco

Assunto: Apurar notícia de eventual supressão vegetal, na fazenda Monte Branco, neste Município, de propriedade de Ricardo Lago Zaher.

12. Inquérito Civil nº 47/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda São José

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da fazenda São José, de propriedade de João Pedro Pedrossian Neto, localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

13. Inquérito Civil nº 47/2011

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Associação Recreativa Paraguaia de Aquidauana

Assunto: Verificar a ocorrência de poluição sonora no estabelecimento comercial denominado Associação Recreativa Paraguaia de Aquidauana (A.R.P.A.).

14. Inquérito Civil nº 4/2015

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Sidrolândia/MS

Assunto: Acompanhar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmando com a parte requerida, no bojo dos Autos nº 0801157-39.2014.8.12.0045 - 2ª Vara.

15. Inquérito Civil nº 06.2017.00000741-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Marina Bartoloti

Assunto: apurar eventual ilícito ambiental ocorrido no imóvel rural localizado na 9ª linha, km 2,5, nascente no Município de Deodápolis.

7.1.4. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000205-3**

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: TBS TRANSPORTES LTDA - ME

Assunto: Apurar a regularidade ambiental e urbanística da atividade de lava rápido operada pela TBS TRANSPORTES LTDA ME, localizada no município de Dourados.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000568-3

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Deodápolis

Assunto: Apurar as denúncias relatadas na manifestação nº 11.2016.00002168-9, oriunda da Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000195-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Eldorado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Eldorado

Assunto: Apurar a regularidade na contratação de empresa jurídica para a prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica nas áreas de direito administrativo, constitucional e civil, para representação e defesa de interesses e de direitos do Município de Eldorado/MS.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001198-9

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventual violação ao princípio do Pluralismo de Ideias no âmbito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Unidade de Paranaíba em razão da realização do Curso Golpe de Estado de 2016: Conjunturas Sociais, Políticas, Jurídicas e o Futuro da Democracia no Brasil.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00000670-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Márcio Teles Pereira Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Deodápolis

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, tendo em vista o pagamento irregular de diárias.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000873-0

Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Glória de Dourados

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no cadastramento e critérios para escolha de beneficiários em programa habitacional de caráter assistencial deste município.

7.1.5. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000391-5 - SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000381-9 – SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

3. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001954-4

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados, Câmara Municipal de Dourados

Assunto: Apurar a legalidade da elaboração e tramitação do projeto de lei complementar 021/2017 (11/2017/PGM).

4. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002130-6 - SIGILOS

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000696-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bonito

Assunto: Apurar eventual prejuízo público e social nas supostas irregularidades no quadro de pessoal da estrutura da Vigilância Sanitária Municipal.

6. Inquérito Civil nº 10/2015 - SIGILOS

Promotoria de Justiça Cível da comarca de Sete Quedas

7. Inquérito Civil nº 5/2014

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Denúncia anônima

Requerido: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventual irregularidade no aluguel de aeronaves de táxi aéreo por parte do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Presencial nº 30/PGJ/2018 - SRP (Processo PGJ/10/2485/2018).

Objeto: Registro de Preços unitários para eventual aquisição de materiais de processamento de dados (cartuchos, toners, mídias, mouses, teclados, etc.), para atender o Ministério Público Estadual.

Abertura das Propostas e Documentação:

- Local: Sala de Licitações - Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS.

- Data: 09 de agosto de 2018.

- Horário: 14 horas.

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: por meio do endereço eletrônico www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou na sala de licitações da Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ.

Designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do Ministério Público Estadual, em 24/07/2018:

- Pregoeiro: Emervál Carmona Gomes;

- Equipe de Apoio: Cleber do Nascimento Gimenez e Gladys Esmelda Barrios Amarilha;

- Suplente do Pregoeiro: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz;

- Suplente da Equipe de Apoio: Hermes Alencar de Lima e Lygia Mara Rosa da Silva Moraes;

- Fiscalização Contratual: Secretaria de Administração/PGJ

Campo Grande, 25 de julho de 2018.

Emervál Carmona Gomes

Pregoeiro/PGJ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27/PGJ/2018.**

Processo PGJ/10/0571/2018.

Partes:

1 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, Helton Fonseca Bernardes.

2 – COMERCIAL S.B.S. EIRELI, representada por Maria Aparecida Barbosa de Souza.

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial nº 6/PGJ/2018.

Amparo Legal: Inciso III do § 1º do artigo 57 da Lei 8.666/93.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual, sem ônus para o erário público, por 30 (trinta) dias, para a prestação de serviços de aplicação de manta asfáltica, incluindo o fornecimento da manta asfáltica e dos materiais necessários à execução dos serviços, para atender o depósito de materiais do Departamento de Engenharia, situado na sede da Procuradoria-Geral de Justiça.

Vigência: 19.07.2018 a 17.08.2018.

Data de assinatura: 16 de julho de 2018.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE003471 DE 23.07.2018 DO PROCESSO PGJ/10/2659/2018.

Credor: ART VÍDEO EIRELI.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 34/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 9/PGJ/2017.

Objeto: aquisição de caneta esferográfica, cor vermelha, escrita no máximo até 1mm, uniforme, esfera de tungstênio ou em aço inox, corpo em material plástico transparente, sextavado, tampa ventilada ou rosqueável na mesma cor da tinta. Caixa com 50 unidades. Indústria brasileira. Marcas de referência: Bic, Faber Castell e Pilot. Marca: Bic (item 14); etiqueta branca, autoadesiva, alta alvura, para impressoras INK JET e LASER tamanho 16,93mm x 44,45mm, com 10 folhas por envelope, 60 etiquetas por folha, envelope com 600 etiquetas. Validade mínima de 6 meses. Marcas de referência: Pimaco, Maxprint ou Hardcopy. Marca: Hardcopy (item 48).

Valor: R\$742,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE003471 de 23.07.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 0032/2018/32PJ/CGR**

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil 06.2018.00002091-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande - SESAU

Assunto: Apurar a falta de profissionais, equipamentos, aparelhos e insumos na UBS Jockey Club.

Campo Grande, MS, 24 de julho de 2018.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

EDITAL N. 0033/2018/32PJ/CGR

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil 06.2018.00002092-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande - SESAU

Assunto: Apurar a falta de profissionais, equipamentos, aparelhos e insumos na UBSF Bonança.

Campo Grande, MS, 24 de julho de 2018.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

EDITAL N. 0034/2018/32PJ/CGR

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil 06.2018.00002224-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande - SESAU

Assunto: Apurar a falta de profissionais, equipamentos, aparelhos e insumos na UBS Buriti.

Campo Grande, MS, 24 de julho de 2018.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

EDITAL N° 0005/2018/49PJ/CGR

A 49.^a Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002274-2, que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180 – Chácara Cachoeira. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002274-2.

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Grupo Onça Pintada.

Assunto: Apurar possível ato de improbidade consistente na malversação de recursos públicos originários do Fundo Especial de Saúde, repassados pela Organização Não Governamental Grupo Onça Pintada, por meio do Convênio nº 25.323/2015.

Campo Grande/MS, 24 de julho de 2018.

GEVAIR FERREIRA LIMA JR

Promotor de Justiça

CORUMBÁ

RECOMENDAÇÃO N° 0001/2018/02PJ/CBA

NOTÍCIA DE FATO N° 01.2018.00007540-7

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da 2.^a Promotoria de Justiça de Corumbá/MS, com atribuições à tutela dos direitos constitucionais do cidadão e dos Direitos Humanos, representada pela Promotora de Justiça que esta subscreve, no uso das atribuições previstas na Constituição Federal, na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), na Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 72/1994), artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/2007¹, e demais diplomas legais de regência:

CONSIDERANDO que, consoante artigo 27 da Lei nº 8.625/1993², e artigo 28 da Lei Complementar nº 72/1994³, cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito;

CONSIDERANDO que poderá o Ministério Público efetuar recomendações visando à melhoria dos serviços e atendimentos públicos de relevância, fixando prazo razoável à adequação;

¹ Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.

² Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências.

³ Institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007, no artigo 5º, dispõe que a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual durante a prestação dos serviços de relevância pública e social;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece como fundamentos da República Federativa do Brasil a cidadania e a dignidade humana (artigo 1º, incisos II e III), e tem por objetivo o bem de todos (artigo 3º, inciso IV);

CONSIDERANDO que a cidadania deve ser entendida como um agregado de direitos e garantias mínimas à vida em sociedade, com o fito do bem-estar comum;

CONSIDERANDO o princípio constitucional da igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza – inclusive quanto ao sexo, orientação sexual e identidade de gênero (artigo 5º, *caput*, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a discriminação é repudiada no sistema constitucional vigente, pondo-se como objetivo fundamental da República a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, na qual se promova “*o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação*” (artigo 3º, inciso III, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o tratamento discriminatório ou desigual vai de encontro com o objetivo constitucional de “*promover o bem de todos*”, explícito no artigo 3º, inciso IV, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 205 da Constituição Federal, “*a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*”;

CONSIDERANDO que, nos termos da Lei nº 9.394/1996 (que define as diretrizes e bases da educação nacional), a educação, como dever da família e do Estado, com fulcro nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (artigo 2º), com fulcro na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, no respeito à liberdade, e no apreço à tolerância (artigo 3º);

CONSIDERANDO que, consoante o Código Civil, toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome (artigo 16). Isso porque, sob a ótica do direito privado, as pessoas, naturais ou jurídicas, tem direito ao nome, à identidade pessoal, dada a condição de sujeitos de direitos; e sob o ponto de vista da ordem pública, elas têm a obrigação de ter um nome, para identificá-las perante a sociedade;

CONSIDERANDO que o “nome social” é aquele pelo qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida⁴, uma vez que reflete a sua expressão de gênero e identidade sexual publicamente assumida;

CONSIDERANDO que a “identidade de gênero” diz respeito à forma como a pessoa se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento⁵;

CONSIDERANDO que criar empecilhos ao uso do nome e gênero compatível com a identidade do titular fere diretamente a dignidade da pessoa, violando os direitos da personalidade;

CONSIDERANDO que a garantia ao nome social e gênero pela pessoa transexual, inclusive àquelas que não se submeteram à cirurgia de mudança de sexo, há tempos é contemplada pela jurisprudência⁶;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, no dia 1º de março de 2018, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.275/DF, por unanimidade, reconheceu que pessoas “trans” podem alterar o nome e o sexo no registro civil sem que se submetam a cirurgia;

⁴ Art. 1º, parágrafo único, I, Decreto nº 8.727/2016.

⁵ Art. 1º, parágrafo único, II, Decreto nº 8.727/2016.

⁶ RESP 1.008.398 SP. 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrigli, julgado em 15.10.1999.

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.015/1973, “*o prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios*”;

CONSIDERANDO, ademais, as recentes alterações legislativas e políticas públicas implementadas que permitem às pessoas utilizarem o nome social, que é a designação como se identificam e são reconhecidos socialmente;

CONSIDERANDO que o Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016, no artigo 2º, confere aos travestis e transexuais o direito de usar o nome social e serem reconhecidos pela identidade de gênero no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual/MS nº 13.684, de 12 de julho de 2013, no artigo 1º, determina que “*as pessoas travestis e transexuais têm direito à identificação por meio do seu nome social, quando do preenchimento de fichas de cadastros, formulários, prontuários e documentos congêneres, para atendimento de serviços prestados por qualquer órgão da Administração Pública direta e indireta do Estado de Mato Grosso do Sul*”;

CONSIDERANDO a Portaria nº 33, de 17 de janeiro de 2018, que homologou o Parecer CNE/CP nº 14/2017, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, definindo o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da Educação Básica do País, para alunos maiores de 18 anos, autorizando alunos menores de 18 anos solicitarem o uso do nome social durante a matrícula ou a qualquer momento, por meio de seus pais ou representantes legais;

CONSIDERANDO que a Resolução/SED nº 3.443, de 17 de abril de 2018 determina “*que as unidades escolares da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, em respeito à cidadania, aos direitos humanos, à diversidade, ao pluralismo e à dignidade humana, registrem o nome social de travestis e transexuais nos documentos escolares*”, sendo “*vedado o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para se referir às pessoas travestis ou transexuais*”;

CONSIDERANDO a Resolução nº 12/2015 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais – CNCD/LGBT (artigo 1º) que diz acerca do dever de “*ser garantido pelas instituições e redes de ensino, em todos os níveis e modalidades, o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado*”;

CONSIDERANDO a Resolução nº 12/2015 do CNCD/LGBT (artigo 2º) sobre o dever de “*ser garantido, àquelas e àqueles que o solicitarem, o direito ao tratamento oral exclusivamente pelo nome social, em qualquer circunstância, não cabendo qualquer tipo de objeção de consciência*”;

RECOMENDA à diretora da instituição de ensino “E. E. 2 de Setembro”, Sra. Ana Maria de Arruda, que:

I. Nos registros escolares internos (*listas de divulgação pública, carteiras estudantis – confeccionadas pela instituição e aceitação exclusivamente interna –, provas, chamadas e quaisquer outros registros internos, excluindo-se a declaração de matrícula, o histórico escolar e o certificado de conclusão de curso que constará apenas o nome civil, enquanto não alterado definitivamente o respectivo registro de nascimento*) seja incluído o nome social e a identidade de gênero de travestis e transexuais, quando assim solicitado, mediante protocolo específico que facilite a formulação e o processamento do pedido respectivo por parte dos alunos interessados, observadas as cautelas para aqueles com idade inferior a 18 anos;

II. Todos os alunos travestis e transexuais, que houverem solicitado, deverão receber tratamento oral exclusivamente pelo nome social e identidade de gênero correspondente, em qualquer circunstância;

III. Nos sistemas de informação e cadastro constem o campo “nome social”, acompanhado do nome civil, que será utilizado apenas para fins administrativos internos;

IV. Oriente os servidores e demais funcionários do estabelecimento de ensino nos supracitados termos.

A ausência de observância desta RECOMENDAÇÃO impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção correspondentes.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento da presente, se Vossa Excelência acolherá ou não a RECOMENDAÇÃO e, em caso positivo, deverá ser informado e comprovado as medidas adotadas com esta finalidade.

Corumbá/MS, 20 de julho de 2018.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

IVINHEMA

EDITAL N. 0025/2018/02PJ/IVH

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a migração do Inquérito Civil n. 005/2ªPJI/2014 para o sistema SAJ/MP, passando a tramitar sob o número abaixo, cumprindo determinação contida no Art. 56 da Resolução n. 14/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017, que está à disposição de quem possa interessar na Praça dos Poderes, 900, Ivinhema/MS - CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590, ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2018.00002262-0

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema

Requerido: A apurar

Objeto: Apurar eventual ocorrência dano ambiental ocasionado pela ausência de plano de conservação do solo nas propriedades rurais localizadas nos lotes 16ª e 16C, Gleba Vitória, Ivinhema/MS.

Ivinhema/MS, 24 de julho de 2018

JULIANA MARTINS ZAUPA

Promotora de Justiça

MUNDO NOVO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 09.2018.0000732-0

RECOMENDAÇÃO Nº. 01/2018

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por sua Promotora de Justiça signatária, no uso de suas atribuições constitucionais, institucionais e legais, em especial, com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República e artigos 5º e 44 da Resolução PGJ nº 15/2007, e;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal dispõe em seu artigo 127, *caput*, que “O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público promover, privativamente, a ação penal pública, nos termos do disposto no artigo 129, inciso I, da Constituição Federal da República;

CONSIDERANDO que, como titular da ação penal, ao Ministério Público compete zelar pela eficiência da investigação de todos os fatos delituosos levados ao conhecimento do Poder Público e, com exclusividade, decidir pela propositura da ação penal, pelo arquivamento do inquérito e demais atos investigatórios ou pela requisição de diligências complementares;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal atribuiu ao Ministério Público o exercício do controle externo da atividade policial, nos termos do disposto no inciso VII de seu artigo 129;

CONSIDERANDO que, de acordo com o §4º do artigo 144 da CF, às polícias civis incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais;

CONSIDERANDO que, de acordo com o artigo 2º da Resolução nº. 20/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, *“o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público tem como objetivo manter a regularidade e a adequação dos procedimentos empregados na execução da atividade policial, bem como a integração das funções do Ministério Público e das Polícias voltada para a persecução penal e o interesse público”*;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, como titular da ação penal, entre outras providências, acompanhar a instauração e tramitação dos procedimentos investigatórios, assim como a requisição de laudos técnicos e apreensão de objetos – principalmente quanto ao depósito de armas e entorpecentes – sendo-lhe facultado o acesso a todos os documentos produzidos no curso da primeira fase da persecução penal, bem como o livre ingresso às unidades policiais, penitenciárias e outros estabelecimentos;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, consoante previsão expressa no artigo 44 da Resolução nº 15/07/PDJ/MS, determinar a expedição de recomendações visando o efetivo respeito aos interesses, direitos e bens, cuja defesa lhe caiba promover;

CONSIDERANDO que a Resolução nº. 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que *“a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”*;

CONSIDERANDO que a realização de perícia no bojo do inquérito policial necessita de requisição da autoridade policial em tempo oportuno, nos termos do disposto no inciso VII do Código de Processo Penal;

CONSIDERANDO que a deficiência na realização das perícias ou a impossibilidade de realiza-las prejudica a comprovação da materialidade dos crimes, dificultando, assim, a formação da *“opinio delicti”* pelo *Parquet*;

CONSIDERANDO a necessidade de instruir os procedimentos policiais de forma efetiva, reduzindo o tempo de trâmite dos mesmos, com a devida identificação da autoria e materialidade dos crimes apurados, bem como a propriedade dos bens apreendidos;

CONSIDERANDO a designação desta Promotora de Justiça signatária para atuar junto ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (GACEP), a partir da data de 08 de janeiro de 2018 (Processo PGJ/10/1772/2015), no exercício do controle externo concentrado;

RESOLVE RECOMENDAR aos Delegados de Polícia Civil de Mundo Novo/MS, a adoção das seguintes providências:

1. Na instrução dos inquéritos policiais e autos de apuração de ato infracional (A.A.A.I), referentes a crimes e atos infracionais de furto qualificado pela destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa ou mediante escalada, independentemente de identificação da autoria delitiva, proceda à realização de laudo de constatação no local do crime; bem como a oitiva das vítimas e testemunhas, indagando-as sobre essas qualificadoras, observando-se o disposto nos artigos 158 e 167 do Código de Processo Penal;

2. Havendo a probabilidade de alteração do local do fato pela vítima ou por outrem logo após constatada a ocorrência do crime ou ato infracional, como por exemplo nos casos de furto qualificado pela destruição com rompimento de obstáculo, acionar a perícia o mais rápido possível e/ou tirar fotografias do local no estado em que se encontra, evitando que se perca a prova da materialidade do crime/circunstância/qualificadora, melhorando, assim, as condições para análise técnica dos indícios;

3. Na instrução dos inquéritos policiais e autos de apuração de ato infracional (A.A.A.I), que apurem crimes/atos infracionais de lesão corporal grave e gravíssima, proceda à juntada aos autos do laudo de exame complementar, realizado na vítima 30 (trinta) dias após a ofensa; e, acaso restar prejudicada sua elaboração, determinar, no mesmo prazo, a oitiva de testemunhas e da vítima acerca do estado atual de saúde e capacidade para exercer atividades cotidianas desta última, em observância ao disposto nos artigos 167 e 168 do Código de Processo Penal;

4. Sempre que houver a apreensão de celular no bojo da investigação policial, solicitar a imediata autorização judicial para proceder à quebra de dados e colheita das informações do aparelho apreendido; sem prejuízo, da solicitação ao autuado, no momento da apreensão, da senha para acesso ao aparelho e também da discriminação, no auto de apreensão, da propriedade(s) do mesmo, a fim de possibilitar a melhor análise do contexto fático;

5. Na requisição de perícia de aparelhos celulares, fazer constar a necessidade de menção nos laudos periciais dos dados encontrados que possuem maior relevância aos fatos em investigação, não se limitando a encaminhar/mencionar a totalidade dos arquivos encontrados.

6. Na instrução dos inquéritos policiais e autos de apuração de ato infracional (A.A.A.I), que apurem crimes/atos infracionais envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher, que deixarem vestígios na vítima (como, por exemplo, lesão corporal), independentemente da requisição de exame de corpo de delito, proceder a elaboração de auto de constatação mediante a juntada de fotografias coloridas dos vestígios evidenciados na vítima, quando do registro da ocorrência policial;

7. Na instrução dos inquéritos policiais e autos de apuração de ato infracional (A.A.A.I), que apurem crimes/atos infracionais contra a vida, em observância ao determinado no inciso I do artigo 6º do Código de Processo Penal, adotar as providências cabíveis para a preservação do local do crime até a chegada dos peritos criminais, visando uma melhor instrução probatória e obtenção da verdade dos fatos.

Com fundamento no disposto no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 8.625/93, e no artigo 45, parágrafo único, da Resolução n. 015/2007-PGJ/MS, requisita aos destinatários da presente recomendação (Delegados de Polícia e demais servidores da Polícia Civil de Mundo Novo), que, no **prazo de 15 dias**, encaminhe resposta, **por escrito**, a esta Promotoria de Justiça, informando sobre o acatamento da mesma recomendação ou fundamentadamente os motivos da recusa.

Encaminhe-se cópia desta Recomendação ao GACEP, para conhecimento.

Encaminhem-se, para ciência, cópias ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, ao Senhor Corregedor-Geral do Ministério Público e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais.

Publique-se.

Mundo Novo/MS, 20 de julho de 2018.

KARINA RIBEIRO DOS SANTOS VEDOATTO
Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANAUROLÂNDIA

EDITAL Nº 0005/2018/PJ/AID

A Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Ed. do Fórum, Anaurilândia/MS – telefone (67) 3445-1393.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002051-1.

Requerente: Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Anaurilândia.

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Anaurilândia/MS.

Assunto: Apurar suposta desídia do poder executivo municipal de Anaurilândia/MS em decorrência da negligência na arrecadação de tributos municipais.

Anaurilândia/MS, 16 de julho de 2018.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça.

RIO VERDE DE MATO GROSSO

EDITAL Nº 0007/2018/PJ/RVG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes nº 180, Bairro Nhecolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002216-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda São Rafael

Assunto: Apurar suposto dano ambiental ocorrido na Fazenda São Rafael, localizada no Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS, consistente no corte de 37 (trinta e sete) árvores sem autorização ambiental.

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 17 de julho de 2018.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça